

Fernando Faleiros Rezende

IMPOSIÇÕES
CONSTITUCIONAIS
DE CRIMINALIZAÇÃO

○ legislador penal entre a obrigação e a exortação.

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2021

Copyright © 2021 by Fernando Faleiros Rezende

Categoria: Direito Penal

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Patricia Castillo

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

R467i

Rezende, Fernando Faleiros

Imposições constitucionais de criminalização : o legislador penal entre a obrigação e a exortação / Fernando Faleiros Rezende. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2021.

200 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 165-188.

ISBN 978-65-5510-683-1

1. Direito penal. 2. Direito constitucional. 3. Controle de constitucionalidade. 4. Imposições constitucionais expressas de criminalização. 5. Constituição. 6. Legislador. I. Título.

CDD 345

Sumário

Introdução	1
Capítulo I – Imposições Constitucionais Expressas de Criminalização	5
1.1. Normas de eficácia limitada	5
1.2. Espécimes	9
1.2.1. Itália	10
1.2.2. Alemanha.....	13
1.2.3. Portugal	16
1.2.4. Espanha	21
1.2.5. Brasil	32
1.3. Qual o sentido das imposições constitucionais expressas de criminalização?	64
Capítulo II – O Liame entre o Legislador Penal e a Constituição como Fundamento Expresso ao Direito Penal	73
2.1. “Sinal verde” ao legislador penal	73
2.2. A antevisão dos critérios materiais do delito pelo legislador constituinte	78
2.3. Inconstitucionalidade por omissão.....	83
2.3.1. O contexto brasileiro	85
2.3.1.1. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.....	86
2.3.1.2. Mandado de Injunção.....	89
2.3.1.3. Caso prático: “Homotransfobia”	92

2.4. Inconstitucionalidade por ação	103
Capítulo III – Imposições Constitucionais Implícitas de Criminalização?	109
3.1. Corolários do direito “vivo”	109
3.2. Dever de proteção aos Direitos Fundamentais.....	112
3.2.1. O caso <i>Lüth</i>	112
3.2.2. Aborto I	117
3.2.3. Aborto II.....	121
3.3. Proibição do excesso e proibição da proteção insuficiente ...	124
3.4. Indicativos de criminalização.....	128
3.5. Inconstitucionalidade por omissão?	137
3.6. Inconstitucionalidade por ação	148
Conclusão	159
Referências Bibliográficas	165
Referências Jurisprudenciais.....	177
Referências Legislativas	181
Referências Eletrônicas	187